



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA NO DIA NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE (09-09-2019).

Aos nove dias do mês setembro de dois mil e dezanove, na Câmara Municipal de Mariana, às quatorze horas e vinte minutos, realizou-se a reunião da Comissão Permanente de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo (Presidente: Geraldo Sales de Souza; Vice-presidente: Juliano Vasconcelos Gonçalves; Vogal: José Jarbas Ramos Filho). **Foram Convocados:** a Sra. Arlinda Coelho, Secretária Municipal e de Administração; a Sra. Aline Oliveira, Secretária Municipal de Educação; a senhora Dra. Inês Nezolda, Procuradora Municipal e convidado o presidente do SINDSERV para tratarem sobre a não regulamentação da carga horaria semanal dos professores não optantes da Lei Complementar nº139/2014 e demais reivindicações das categorias de Secretário Escolar, Inspetor de Alunos e Servente Escolar, todos não optantes da LC 139/2014. **Estiveram Presentes:** os Vereadores Geraldo Sales, Marcelo Macedo, Juliano Vasconcelos, José Jarbas, Antonio Marcos e Bruno Mól; a senhora Arlinda Coelho, Secretária de Administração; o Dr. César Augusto, Advogado e Assessor Especial da Educação representando a Secretaria de Educação; a Doutora Viviane Macedo, do Escritório de Advogado Garcia e Macedo; o senhor Luiz Salles, representando o SINDSERV; a Dra. Inês Nezolda, Procuradora Municipal; senhor Adailton Marques, representando os inspetores escolares; senhor Reginaldo, representando os professores; Denise Souza, representando os secretários escolares. **ABERTURA:** O Vereador Geraldo Sales deu início a reunião agradecendo a presença de todos presentes, ressaltando que o objetivo desta reunião é buscar o diálogo e o entendimento entre o Executivo e os servidores não optantes que são prejudicados há anos. Com a palavra, o senhor Luiz Salles esclareceu o que tem acontecido, principalmente no que diz respeito à categoria dos Professores não optantes e acrescentou que os serventes escolares e os inspetores de alunos não chegaram nem a serem incluídos nos Planos de Cargos, esses últimos devido a carga horária. Disse, ainda, sobre a Liminar que não está sendo cumprida pelo município e que apesar de o município ter criado um novo Plano de Cargos, os não optantes não querem fazer parte dele, mas sim receber o que lhes é de direito que é o dois terços/um terço. Ressaltou que gostariam que esse assunto fosse resolvido de vez e que o município cumpra a Liminar e, após isso, podem voltar a discutir a respeito do novo Plano. Com a palavra, o senhor Reginaldo questionou o que leva o município a não cumprir a Lei, que diz respeito ao um terço/dois terços e que já está estabelecido na Liminar. Com a palavra a Dra. Inês Nezolda, Procuradora Municipal, ressaltou que a situação dos não optantes é algo que vem arrastado há mais de dois anos e que quando o município recebeu essa Liminar, há a obrigatoriedade de que recorra a essa decisão. Disse que durante esse tempo foi feita uma ADIn a fim de questionar a legalidade disso que estava ocorrendo em Mariana e como o STF ainda não apreciou a matéria, o município pediu a suspensão do cumprimento da liminar e acrescentou que se o município cumpre e realiza esses pagamentos que gerariam despesa e posteriormente essa liminar é revogada, o município poderia ter incorrido de forma precipitada. Ainda com a palavra, ressaltou a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

necessidade de adequar o Plano de Cargos ao que é determinado na Liminar. Disse que a Procuradoria está aguardando o estudo no que diz respeito a viabilidade econômica e que como o Supremo Tribunal ainda não decidiu, a Liminar não tem força vinculante. Com a palavra, o Vereador Geraldo Sales questionou se a Liminar foi suspensa e a Dra. Inês Nezolda esclareceu que foi negado o pedido de suspensão e, devido a isso, foi levada à Administração a necessidade de adequação da Liminar à realidade do município. Com a palavra, o senhor Luiz Salles disse que já há tempos vem se arrastando essa situação e que mesmo que haja decisão judicial, ainda assim não há cumprimento por parte do Poder Executivo. De volta com a palavra, o Dra. Inês Nezolda esclareceu que ela, como Procuradora, não pode tomar decisões de forma arbitrária e nem que vá de encontro aos princípios da Administração Pública. Com a palavra, o Vereador Antônio Marcos questionou se caso o processo transitar em julgado de maneira favorável aos professores, eles receberão o que lhes é de direito desde o ano de dois mil e quatorze. A Dra. Inês Nezolda esclareceu que tudo depende do que virá na sentença, pois é a partir dela que estará determinado o que é de direito ou não da classe. De volta com a palavra, o Vereador Antônio Marcos disse que já aconteceram outras situações no que diz respeito ao servidor sair prejudicado após alguma decisão judicial, mesmo que ao seu favor, devido ao fato de o município sempre protelar. Com a palavra, a Dra. Inês Nezolda reforçou seu compromisso quanto à defesa e representação do município, tendo em vista que é uma obrigação da Procuradoria. Acrescentou também que é preciso que haja uma decisão judicial definitiva, antes do município tomar qualquer providência. Pela ordem, o Vereador José Jarbas questionou se há interesse por parte da Procuradoria em firmar um acordo com a classe, de maneira que atendesse ambas as partes. Disse também que a boa Administração é aquela que entende o ser humano e reconhece seus direitos, acrescentando que o que deseja é que o Executivo reconheça seus erros e estabeleça um acordo a fim de solucionar esse problema que se arrasta já há vários anos. Com a palavra, a Dra. Inês Nezolda concordou com as palavras do Vereador José Jarbas e disse que espera que as pessoas entendam que a Administração Pública só pode fazer o que está dentro da legislação, ou que é determinado por meio de sentença e acrescentou que a Procuradoria está aguardando uma decisão administrativa. Com a palavra, a Dra. Viviane Garcia disse que não entrará nos méritos do processo, tendo em vista que não tem conhecimento dos autos, mas ressaltou que o servidor pode até acreditar que esse assunto está se arrastando, entretanto ressaltou que o município tem a obrigação de recorrer e defender seus interesses. Disse, também, que foi elaborado um Plano de Cargos na qual a carga horária foi discutida, juntamente ao sindicato e aos servidores, e acrescentou que o grande problema que existe atualmente diz respeito a formatação do regime dos horistas e salientou que a solicitação do Sindicato é que haja alteração da Lei, e reconhecimento de um mérito que ainda não foi reconhecido pelo Processo. Acrescentou que a saída seria alterar o sistema remuneratório do professor, que ainda é horista, através de uma rubrica específica para cumprimento da liminar. Com a palavra, o Vereador Geraldo Sales questionou se já há o valor de impacto orçamentário para que esse pagamento seja realizado, salientando que o município precisa ter cautela para que, após realizar todo somatório dos impactos, não seja ultrapassado o limite



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

prudencial. De volta com a palavra, a Dra. Viviane Garcia salientou que já foi realizado um estudo a respeito da viabilidade orçamentária do Plano de Cargos e que ele ainda não foi enviado a essa Casa, pois ainda precisa passar por outros tipos de análise. Acrescentou que quando foram enviados os demais PCCVs à Casa, foi realizado um impacto conjunto dos três Planos e, por isso, ressaltou a necessidade de que eles sejam votados e aprovados de maneira conjunta. O Vereador Geraldo Sales salientou que irá sugerir ao Executivo que retire os três projetos da Casa, tendo em vista, que após a Assessoria Contábil da Casa ter analisado os impactos, apontou discrepância no que diz respeito às Receitas Correntes Líquidas desse ano e dos anos posteriores que são maiores que a Receita Geral, aprovada pela LDO. Com a palavra, a Dra. Viviane Garcia se dispôs a realizar essa análise do impacto novamente, mas ressaltou que todos os estudos foram realizados com cautela. O Vereador Marcelo Macedo solicitou que sejam resolvidos os problemas dos servidores e ressaltou que os problemas da administração, sejam resolvidos internamente, e salientou que tem acompanhado todas as reuniões de trabalho sobre os PCCVs e que é preciso que haja cautela para aprovação, tendo em vista que é algo que lida com a vida de todos os servidores. Pela ordem, o Vereador Ronaldo Bento ressaltou que é necessário que haja uma análise criteriosa e que é preciso prestar atenção que há uma decisão judicial quanto aos servidores conseguirem suas reivindicações e que, mesmo que parcialmente, esse direito deveria estar sendo cumprido. Disse, ainda, que o que foi apresentado pela Dra. Viviane Garcia é uma saída plausível e que é necessário saldar quaisquer dívidas existentes, para que, apenas após isso, seja realizado o estudo e discussão a respeito do Plano de Cargos da categoria mencionada e das demais, visto que há vários outros pontos controversos que é preciso que sejam discutidos de forma criteriosa e cuidadosa. Com a palavra, o senhor Luiz Salles acrescentou que em todos os lugares é seguido a proposta de dois terços/um terço, e questionou o porquê de o município não seguir isso e ressaltou que se o professor dá dezoito horas aulas, teriam que receber vinte e sete. A Dra. Viviane Garcia esclareceu que eles deveriam receber nove horas-aula, mas que recebem apenas 15% desse valor e salientou que esse cálculo devia ser feito de maneira individual e acrescentou que a sugestão de alteração da carga horária resolveria esse problema, tendo em vista que o fato de serem horistas é o que faz com que haja problema. O Vereador José Jarbas questionou se o que o Executivo está disposto a pagar é esse restante que lhes é de direito e a Dra. Viviane Garcia esclareceu que sim. De volta com a palavra, o Vereador José Jarbas perguntou se esse pagamento atende a categoria. O senhor Luiz Salles disse que é preciso realizar os cálculos e que seja esclarecido se esse valor incidirá sobre os biênios. O Vereador Geraldo Sales sugeriu que seja realizada uma Reunião de Trabalho a fim de fechar os demais detalhes a respeito da proposta apresentada pela Dra. Viviane Garcia e questionou se os secretários escolares e serventes serão contemplados pelo Plano. Com a palavra, a Dra. Viviane Garcia esclareceu que o Plano ainda não está completo, mas que essas categorias estão incluídas. De volta com a palavra o Vereador Geraldo Sales ressaltou que o maior erro cometido por esta Casa foi anteriormente ter votado um Plano para uma categoria e ter deixado as demais de fora e que não é admissível que uma categoria seja colocada como melhor que a outra e solicitou, novamente, que o Executivo retire todos



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

os Projetos a fim de que, quando a votação for realizada, todas as categorias estejam sendo valorizadas de maneira igualitária. Pela ordem, o Vereador Bruno Mól ressaltou que não votará nenhum Projeto sem que todos os servidores sejam atendidos e questionou se o Executivo não tem a intenção de que os Planos não sejam votados, tendo em vista que estão "fatiados" por categorias. Com a palavra, o Vereador José Jarbas ressaltou que se for aprovado um Plano de Cargos de determinada categoria sem pensar nas demais, corre o risco de as outras categorias que ainda não tiveram seus planos aprovados, saírem prejudicadas e não terem o plano aprovado devido ao fato de não ter orçamento, e sugeriu que quando os Planos forem ser votados, juntos, no Plenário, a Administração Pública esteja presente para fazer os devidos esclarecimentos. Com a palavra, o senhor Reginaldo solicitou que a reunião sugerida pelo Presidente Geraldo Sales seja realizada ainda nessa semana. Ficou decidido que a Reunião de Trabalho será realizada nesta quinta-feira, 11, às 10 horas na Prefeitura. Pela ordem, o Vereador Juliano Vasconcelos ressaltou a importância da reunião e se comprometeu a votar os Planos somente quando todas as categorias estiverem contempladas. Disse, ainda, que hoje em dia são poucas categorias que não possuem seu próprio Plano e ressaltou que acredita que será possível resolver essa situação. Disse que pela primeira vez está havendo participação popular na formulação dos Planos e, por isso, a maior parte dos servidores são favoráveis. Com a palavra, a Dra. Viviane Garcia sugeriu que os representantes das classes de secretários escolares e monitores levem suas dúvidas e sugestões na reunião da próxima quinta-feira. Com a palavra, o Vereador Cristiano Vilas Boas sugeriu que os Serventes escolares estejam incluídos no Plano da Educação, tendo em vista que também estão dentro das escolas e reafirmou seu compromisso de aprovar os Planos apenas quando todas as categorias estiverem contempladas. A Dra. Viviane Garcia sugeriu ao Sindicato que também leve à próxima reunião as sugestões por escrito. Com a palavra, o senhor Luiz Salles esclareceu que os professores não querem entrar nesse Plano e acrescentou que o Sindicato é contra as junções que estão sendo realizadas nesse novo Plano. O Vereador Geraldo Sales disse que é preciso ponderação, ressaltado que é necessário que haja bom senso, pois há situações em que alguns funcionários estão cedidos a outras áreas e prestando um bom serviço. Disse que foi um dos que sugeriu que esses servidores sejam colocados em uma só categoria a fim de regularizar essa situação de desvio de função, sem que haja prejuízo aos servidores. Com a palavra, a Dra. Viviane Garcia ressaltou que após as discussões, os próprios servidores compreenderam a intenção do Executivo. O Vereador Geraldo Sales ressaltou que esse é o momento de buscar solução para todos, mas que ainda continuará existindo certos privilégios para determinadas categorias, mas disse que continuará lutando pela igualdade entre todos. Com a palavra, o Vereador Cristiano Vilas Boas questionou o motivo de várias categorias que não possuem benefícios e terem de passar por avaliação de desempenho assim como as outras que recebem. Pela ordem, o Vereador Marcelo Macedo demonstrou preocupação quanto ao que foi relatado e ressaltou que é preciso que a Casa apure essas informações, pois é uma denúncia muito grave. O Vereador Geraldo Sales disse que além de apurar, é preciso que haja coragem para fazer as alterações a fim de corrigir os equívocos existentes na Lei Complementar 139/2014 e



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

disse que a Procuradoria tem uma missão muito grande, tendo em vista que a atual legislação municipal é extremamente arcaica. Com a palavra, a Dra. Inês Nezolda ratificou as palavras do Vereador Geraldo Sales e salientou que é preciso que haja várias modificações nas legislações e demonstrou alívio quanto ao fato de a Câmara estar atuando junto à Administração Pública no que diz respeito aos Planos de Cargos, tendo em vista a quantidade de absurdos e discrepâncias existentes. Disse, ainda, que a Casa pode contar com a Procuradoria Municipal e que os Poderes, em harmonia, conseguirão resolver os problemas apresentados. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais nada a tratar, o Vereador Geraldo Sales encerrou a reunião às dezesseis horas e nove minutos.